Tabela 3
Brasil — importações de produtos agropecuários
1996 — em milhões de US$

Produto	Mercosul (1)	Demais países (2)	(1)/(2) em %
Arroz	245,7	100,8	70,9
Carnes	228,0	12,0	95,0
Lácteos	304,5	207,5	59,5
Milho	67,1	7,8	89,6
Soja	265,7	66,7	86,8
Trigo	879,1	344,4	71,9
Total	1.996,4	739,2	72,9

Fonte: Detec/ CNA.

Americano (USDA). Para tanto, porém, será necessário que El Niño não provoque maiores danos. Também no Rio Grande do Sul, são grandes os motivos para um acompanhamento atento do fenômeno climático, pois o rendimento físico médio de suas lavouras é sempre inferior à média do país.

Situação internacional

Influências climáticas também continuarão ditando o comportamento das cotações internacionais. A própria safra dos EUA, de 74,7 milhões de toneladas, é 15% maior do que a de 1996, mas está sendo bastante influenciada pelo clima. A cada notícia de novas chuvas no Meio-Oeste norte-americano, os preços em Chicago recuam, pois ganham maior concretude as impressões de que o mercado será pressionado por uma grande oferta. No relatório do USDA de 10 de agosto, a situação das plantações norte-americanas foi apresentada em condições inferiores às da avaliação anterior, do dia 3 do mesmo mês, com 45% delas em situação variando de regular a muito ruim.

Os estoques de soja em grão nos EUA, por sua vez, estão sendo recompostos. Há um ano, eram os mais baixos em duas décadas, e sobre sua fraqueza construiu-se a força das cotações mundiais. No relatório do Departamento de Agricultura de 13 de agosto, calculou-se a posição dos estoques em 8,31 milhões de toneladas, 145% maiores do que o verificado em 1996/97.

No Brasil, a situação dos estoques é delicada (9,25 milhões de toneladas, 15% menores do que em 1996), embora fosse esperada. Há escassez de grão e as importações que, no período de um ano, desde julho de 1996, foram um pouco menores (610 mil toneladas, ante 649 mil um ano antes) precisarão aumentar. A partir de outubro, com a entrada no mercado da próxima safra norte-americana, virão novas importações dos EUA, pois a Argentina e o Paraguai não disporão de excedentes exportáveis. A safra da América do Norte, porém, é taxada com a alíquota de 10% da tarifa externa comum, que caracteriza a união aduaneira do Mercosul, e sua internalização será outro ônus para as empresas distantes dos portos.

Assim, mantém-se nebuloso o futuro do mercado, com a expectativa de que, se o próximo ano começar com boas produções norte-americana, brasileira (a da China será semelhante à safra anterior, por problemas de seca) e, possivelmente, argentina, a comercialização, em 1998, não será bafejada com preços elevados. Para a próxima colheita norte-americana, por exemplo, as cotações já estão sendo esperadas 15% abaixo das do mesmo período de 1996, ficando entre US$5,60 e US$6,30/*bushel*.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA
E-mail: ferfal@fgv.br

SECURITIZAÇÃO

Na hora do plantio

A constatação de que o espaço ocupado com cereais e oleaginosas recuou cerca de 1,5 a 2 milhões de hectares nos últimos dois anos não é nada animadora. Mas se a comparação levar em conta o que se plantava no final dos anos 80, a redução vai para 6 milhões de hectares, onde se poderiam colher de 15 a 20 milhões de toneladas.

O país saiu da agricultura horizontal e partiu para a vertical, mas o tempo passa e os ganhos de produtividade não têm sido suficientes para compensar a área de cultivo deixada de lado. O reflexo mais revelador desse comportamento está na enorme crise de renda e liquidez com que o setor convive desde o Plano Cruzado, de 1986, que se refletiu com extrema virulência no período de ajuste pós-Plano Real e cujas seqüelas ainda persistem.

Neste momento de plantio da safra de verão da região Centro-Sul, o cronograma agrícola avançando de forma inexorável, uma questão pontual paira no ar: qual a tendência de

Cronograma de vencimento da securitização
Em mil toneladas

Ano	Algodão	Arroz	Milho	Soja	Trigo	Total
1997	7,17	468,87	6.663,85	977,13	18,72	8.135,74
1998	10,31	843,67	9.672,45	1.438,97	30,23	11.995,63
1999	10,31	843,67	9.672,45	1.438,97	30,23	11.995,63
2000	10,31	843,67	9.672,45	1.438,97	30,23	11.995,63
2001	10,31	843,67	9.672,45	1.438,97	30,23	11.995,63
2002	10,31	843,67	9.672,45	1.438,97	30,23	11.995,63
2003	3,47	421,82	3.682,78	569,08	11,86	4.688,99
2004	3,10	363,29	2.821,14	435,24	11,46	3.634,33
2005	2,91	352,38	2.675,89	416,62	11,39	3.459,19
Total	68,21	5.824,71	64.205,91	9.592,92	204,58	79.896,41

plantio na safra 1997/98? Como ficará a área — haverá outra redução, terá estabilidade ou retornará o crescimento?

O poeta Mario Quintana dizia que "nós vivemos a temer o futuro; mas é o passado que nos atropela e mata". Antes de partir em busca de respostas sobre o futuro, cabe explicitar três conseqüências importantes sobre a agricultura dos processos de globalização e abertura de mercado, em curso na economia brasileira:

❑ A primeira consiste em que as políticas agrícolas via preços mínimos perdem muito da sua força neste contexto. Como os preços das commodities agrícolas ficam cada vez mais relacionados às cotações internacionais, principalmente as grandes empresas compradoras passam a utilizá-las para balizar as suas decisões internas de compra.

❑ Segunda, as prioridades do governo — avançar nas privatizações e nos serviços de armazenagem, transportes, portuários, alterar a estrutura tributária — visam a diminuir o custo Brasil, que onera as commodities agrícolas.

❑ A terceira diz respeito ao virtual desaparecimento da atividade agrícola de baixa tecnologia e sem integração vertical no agribusiness.

Para os produtores, o problema crucial é que os desafios ultrapassam os limites de adoção e uso de tecnologias. Existem outros aspectos relevantes, ligados à gestão empresarial, que lhes fogem ao controle e se referem a condições de compra de insumos e máquinas, bem como à comercialização dos produtos. Nesse sentido, sem dúvida alguma, emerge um quadro ameaçador: aqui, os mecanismos institucionais de apoio para financiar e comercializar a produção agrícola em condições mais competitivas internacionalmente estão em fase embrionária e levarão alguns anos para serem implantados e disseminados.



Esse pano de fundo é fundamental quando se analisa o ambiente que cerca a safra 1997/98. Na última temporada, a recuperação da renda do setor aconteceu particularmente na soja, enquanto para o milho ficou praticamente estagnada e reduziu-se nos demais produtos. No agregado, o incremento de receita está longe de cobrir os prejuízos acumulados no passado recente.

Saindo de uma visão estrutural para a conjuntural de curto prazo, nota-se que a despeito de o Plano de Safra 1997/98 ter apresentado evolução quando comparado ao anterior (ver *Agroanalisys*, ago. 1997), muito de sua eficácia fatalmente esbarrará na dificuldade dos agricultores para tomarem empréstimos. A situação dramática é o pagamento da primeira parcela, em outubro, do montante total securitizado, de R$8,2 bilhões. O volume envolvido na negociação que vai até o ano 2005 soma quase 80 milhões de toneladas de grãos, ou seja, o tamanho da safra nacional. Somente no milho, chega a 64 milhões de toneladas, o que significa quase duas safras do cereal.

Através da disposição para flexibilizar o cronograma de pagamento da securitização será possível medir a sensibilidade dos tomadores de decisão para com a agricultura. A rolagem das dívidas pode comprometer o cadastro de quase 340 mil produtores, se não houver concessões por parte do mutuário e do agente financiador. É uma administração extremamente delicada, que terá efeito a curto e longo prazos. De imediato, com impacto já sobre a safra 1997/98, existe a necessidade de o governo assegurar o abastecimento interno em 1998 e não arranhar o Plano Real, justamente num ano crítico de eleições. Para um período mais longo, a implicação é outra; trata-se de dar fôlego ao setor para se capitalizar. Em ambos os casos, a agricultura tem a seu favor um argumento legítimo e incontestável: ser a âncora verde da inflação leva à perda de renda, e é preciso tomar medidas compensatórias para sobreviver.

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

Luiz Antônio Pinazza é gerente de negócios da Agroceres e diretor do Instituto de Estudos do Agribusiness da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).